

MÍDIA, GÊNERO E SEGURANÇA

e a Construção de Imaginários

INSTITUTO UPDATE **MULHERES** *em* DIÁLOGO

Agosto 2026



Segurança pública, gênero e mídia na construção de imaginários

O imaginário sobre segurança pública não é construído apenas por políticas, instituições e ocorrências.

Ele também é alimentado pelas histórias que circulam sobre o tema: quais problemas ganham atenção, quem aparece como protagonista, quem é ouvido e quem é reconhecido como autoridade.

Nesta pesquisa, analisamos uma amostra da cobertura jornalística de segurança pública no Brasil para observar como personagens femininos e masculinos aparecem nessas narrativas.

A partir desta análise de conteúdo, compartilhamos quatro aprendizados sobre como gênero aparece nas narrativas que alimentam o imaginário sobre segurança pública no Brasil.

"[...] os meios de comunicação **não apenas repassam as representações sociais sedimentadas** no imaginário social, mas também se instituem como **agentes que operam, constroem e reconstróem** no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação [...]"

— Sueli Carneiro, *Mulheres em movimento* (2003)

"Hoje há um movimento de se pensar que nós podemos, inclusive, **ser musas da nossa própria história.**"

— Conceição Evaristo, *A escrevivência serve também para as pessoas pensarem* (2020)

Sobre a pesquisa: metodologia

Analisamos **49 matérias**, publicadas entre **janeiro e junho de 2026**, em **7 veículos** de alcance nacional e regional.

Foram incluídas matérias cujo **foco principal fosse segurança pública ou violência** diretamente relacionada ao tema.

A **seleção foi feita antes da codificação dos personagens** e não considerou gênero, presença de mulheres, voz ou papel social.

A amostra é descritiva e não probabilística; os resultados se referem ao corpus analisado. Buscou-se diversidade de assuntos e formatos jornalísticos, sem pretensão de reproduzir proporcionalmente a cobertura de segurança pública no período.



Veículos: Folha de S.Paulo, O Globo, g1, Agência Brasil, Metrôpoles, Diário do Nordeste e O Liberal.

Sobre a pesquisa: como lemos as matérias

Cada matéria foi codificada a partir de personagens humanos individualizados com participação substantiva na narrativa.

Para cada personagem, observamos:

- ☐ gênero apresentado na matéria
- ☐ se era nomeado ou não
- ☐ tipo de voz: direta, indireta ou sem voz atribuída
- ☐ papel social na narrativa
- ☐ presença individual em título/subtítulo, lead e imagem principal

Notas metodológicas: "Violência contra mulheres" foi considerada apenas quando era o enquadramento temático principal da matéria. Não bastava a vítima ser mulher ou o caso incluir violência sexual/feminicídio como elemento secundário. Não foram incluídas instituições, coletivos genéricos ou pessoas mencionadas apenas incidentalmente.



Sobre a pesquisa: temas e papéis analisados

Tema principal	Nº de matérias
Políticas públicas e debate político sobre segurança	17
Violência contra mulheres*	10
Crime organizado e facções	9
Violência policial / violência de Estado	6
Justiça criminal e investigação	5
Sistema prisional	1
Armas	1
Total	49

Quatro blocos analíticos

Experiência do dano

- vítima / sobrevivente
- familiar / pessoa próxima

Suspeição, acusação e autoria de crime

- suspeito / acusado
- condenado
- integrante de organização criminosa

Autoridade institucional

- profissional de segurança pública
- profissional da Justiça / área jurídica
- político(a) / governante / gestor(a) público(a)

Conhecimento / sociedade civil

- especialista / pesquisador(a)
- sociedade civil / ativista / liderança comunitária

Notas metodológicas: (1) "Violência contra mulheres" = matérias em que esse era o enquadramento temático principal. (2) O papel "comunidade/testemunho" foi mantido fora desses quatro agrupamentos analíticos.



Na amostra, **2 em cada 3** personagens são **homens**. E homens e mulheres ocupam **papéis muito diferentes** na cobertura.

Na amostra analisada, 65% dos personagens são homens e 35% são mulheres. Mas a principal diferença não está apenas em quem aparece, e sim nos papéis que homens e mulheres ocupam dentro das matérias.

No corpus completo, encontramos 224 personagens: **78 mulheres e 146 homens**.

Entre as 78 **mulheres identificadas**, 39 aparecem na **experiência do dano**, como vítimas, sobreviventes, familiares ou pessoas próximas. Isso representa **50%** das mulheres da amostra. Entre os **homens**, esse papel corresponde a **7,5%**.

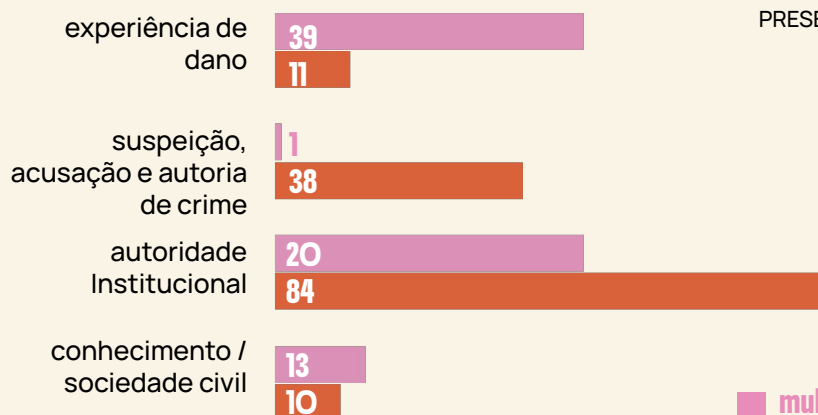
O contraste muda quando olhamos para posições de suspeição, acusação ou autoria de crime e, sobretudo, para os lugares institucionais.

Entre os homens, **26%** aparecem como **suspeitos, acusados, condenados ou integrantes de organizações criminosas**, enquanto **57,5%** ocupam posições de **autoridade institucional**, isto é, como profissionais da segurança pública, da Justiça ou como políticos, governantes e gestores públicos.

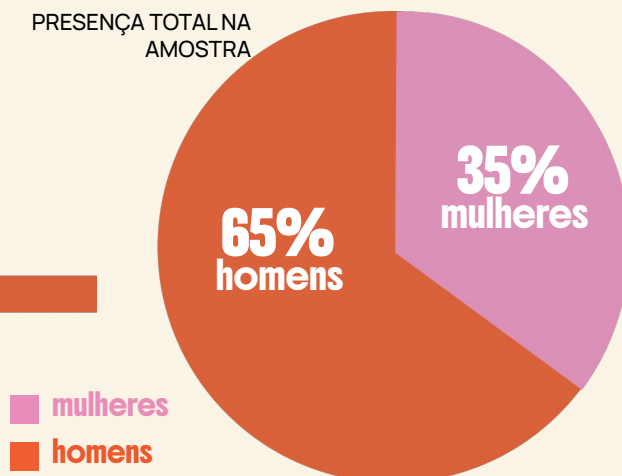
O desequilíbrio se acentua quando olhamos para as posições de autoridade institucional: entre os **104 personagens** classificados como **autoridade institucional**, 84 são homens e 20 são mulheres, ou seja, **80,8% homens e 19,2% mulheres**.

Esse contraste é bem menor nas posições ligadas a conhecimento e sociedade civil. Nesse grupo, aparecem **13 mulheres e 10 homens**. Ou seja, a presença feminina cresce nas posições ligadas a conhecimento e sociedade civil, mas cai fortemente nas posições formais de decisão e execução.

PRESENÇA TOTAL DE PAPÉIS NARRATIVOS POR GÊNERO



PRESENÇA TOTAL NA AMOSTRA



Nota metodológica: quatro agrupamentos apresentados no gráfico não incluem 8 personagens classificados como comunidade/testemunho: 5 mulheres e 3 homens.

2.

A proporção de personagens com voz direta é semelhante entre homens e mulheres. Mas essa voz aparece a partir de lugares muito diferentes.

Entre os personagens presentes na amostra, a proporção com voz direta é muito parecida entre mulheres e homens: 52,6% das mulheres e 50,7% dos homens têm suas próprias palavras citadas nas matérias.

Em números absolutos, os homens também são maioria entre as vozes diretas. Das 115 vozes diretas identificadas, **74 são de homens e 41 de mulheres**, ou 64% e 36%, respectivamente.

Essa semelhança proporcional não significa que homens e mulheres ocupem os mesmos lugares na narrativa. A presença de voz direta varia muito conforme o papel ocupado na narrativa.

Entre as mulheres, o maior grupo com pouca voz direta é o de **vítimas e sobreviventes: 2 das 30 mulheres** nesse papel têm voz direta. Entre os homens, isso acontece sobretudo entre **suspeitos, acusados, condenados ou integrantes de organizações criminosas: 3 dos 38 homens** desse grupo têm voz direta.

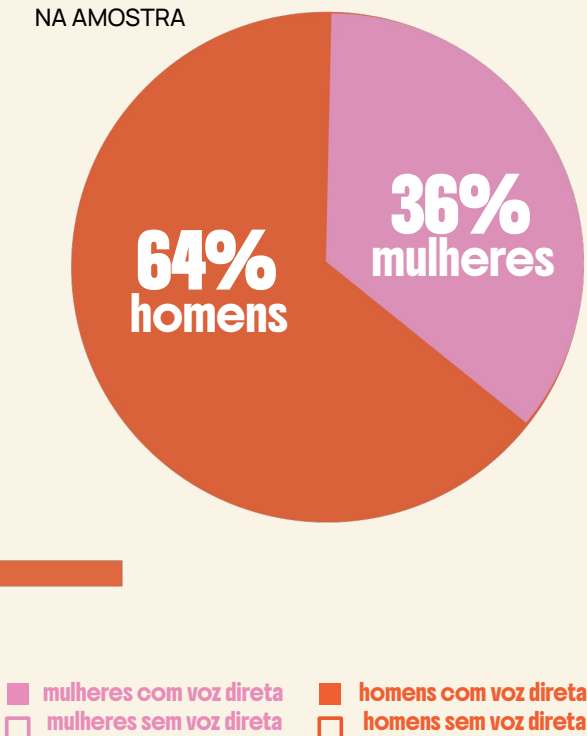
Já nas posições de **autoridade e conhecimento**, a voz direta é muito mais frequente. Entre as **mulheres, 17 das 20** personagens em **autoridade institucional** e **12 das 13 em conhecimento/sociedade civil** têm voz direta. Entre os **homens, são 56 de 84 em autoridade institucional** e **10 de 10 em conhecimento/sociedade civil**.

56

VOZ DIRETA POR PAPEL NARRATIVO E GÊNERO



VOZES DIRETAS NA AMOSTRA



3.

Quando violência contra mulheres é o enquadramento principal, a presença feminina muda radicalmente.

A presença feminina na amostra está fortemente concentrada nas matérias em que violência contra mulheres é o enquadramento temático principal.

Nas 10 matérias com esse enquadramento, foram identificados **80 personagens: 50 mulheres e 30 homens**. Isso significa que **62,5%** dos personagens são mulheres.

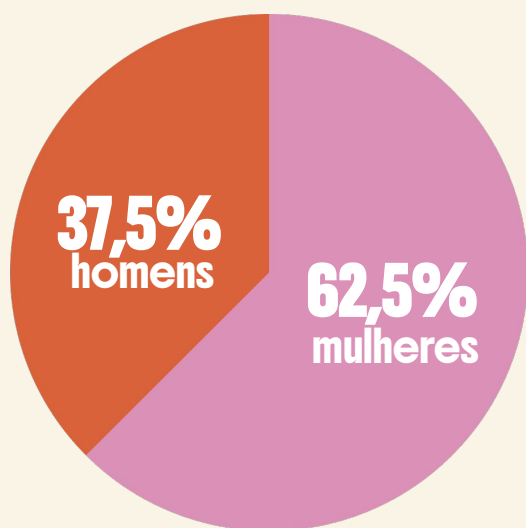
Nas outras 39 matérias, foram identificados **144 personagens: 28 mulheres e 116 homens**. Nesse conjunto, mulheres representam apenas **19,4% dos personagens**.

A concentração fica ainda mais clara quando olhamos para o corpus como um todo: **20% das matérias concentram 64% de todas as personagens mulheres identificadas na amostra**.

Ou seja, o dado agregado de 35% de presença feminina esconde uma concentração temática muito forte.

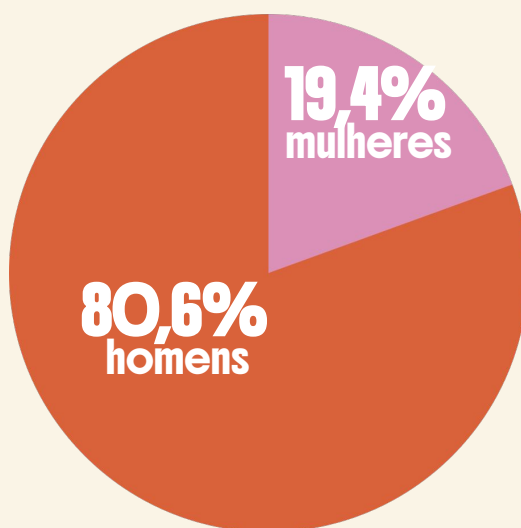
Fora das matérias em que violência contra mulheres é o enquadramento principal, menos de 1 em cada 5 personagens é mulher.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COMO ENQUADRAMENTO PRINCIPAL



DEMAIS TEMAS

Excluindo matérias em que violência contra mulheres era o enquadramento principal



Nota metodológica: Violência contra mulheres foi classificada apenas quando esse era o enquadramento temático principal da matéria. Não bastava a vítima ser mulher ou o caso incluir violência sexual/feminicídio como elemento secundário.

4.

Quando o enquadramento é violência contra mulheres, muda também quem aparece como autoridade.

Quando violência contra mulheres é o enquadramento principal, mulheres não aparecem apenas como quem vive o problema. Elas aparecem também como quem explica, decide e responde.

A mudança, portanto, não acontece apenas na presença feminina total. Nessas matérias, mulheres aparecem com muito mais força também em posições de **autoridade institucional e conhecimento**.

Fora desse enquadramento, a presença feminina se mantém mais forte em conhecimento e sociedade civil do que nas posições formais de decisão e execução.

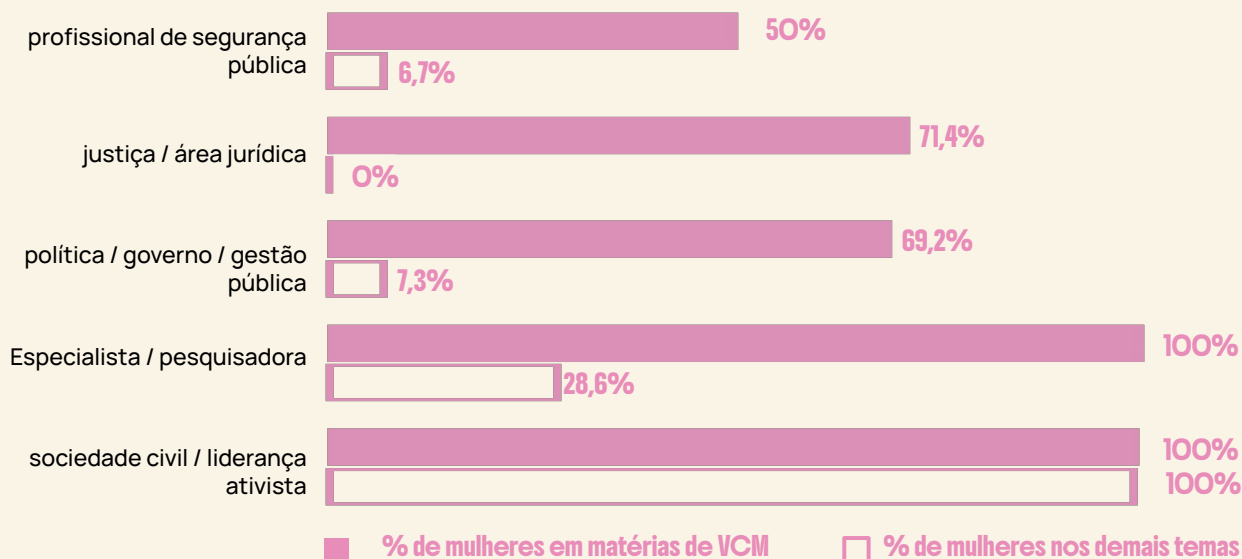
Nesse conjunto de matérias, mulheres representam **71,4%** dos personagens da **Justiça**, **69,2% de política, governo e gestão pública** e **50% dos profissionais de segurança pública**.

Entre especialistas, todas as 3 personagens identificadas são mulheres.

Nos demais temas, o padrão muda de forma acentuada: mulheres representam **7,3% dos personagens de política, governo e gestão pública**, **6,7% dos profissionais de segurança pública** e **não há mulheres entre os personagens da Justiça** na amostra. Entre especialistas, elas representam **28,6%**.

A **sociedade civil** é a exceção: **todas** as personagens identificadas nesta categoria **são mulheres**, tanto nas matérias de violência contra mulheres quanto nos demais temas.

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM POSIÇÕES DE AUTORIDADE E CONHECIMENTO, POR ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA



Notas metodológicas: (1) Autoridade institucional é um agrupamento analítico que reúne profissionais de segurança pública, Justiça e política/governo/gestão. (2) Bases dos percentuais: segurança pública em VCM: 1 de 2; Justiça: 5 de 7; política/governo/gestão: 9 de 13; especialistas: 3 de 3; sociedade civil: 2 de 2. Nos demais temas: segurança pública: 1 de 15; Justiça: 0 de 12; política/governo/gestão: 4 de 55; especialistas: 4 de 14; sociedade civil: 4 de 4.

Em resumo, a amostra revela uma distribuição desigual de presença, papel e autoridade

A autoridade feminina não está ausente da cobertura de segurança pública. Na amostra analisada, ela está fortemente concentrada em determinados territórios temáticos.

Os resultados desta análise sugerem que a diferença de gênero na cobertura de segurança pública não se resume à quantidade de homens e mulheres que aparecem. Ela está também nos lugares que cada um ocupa dentro dessas narrativas.

Mulheres aparecem com muito mais frequência associadas à experiência do dano. Ao mesmo tempo, quando entram como pesquisadoras, especialistas ou representantes da sociedade civil, têm presença relevante e frequentemente recebem voz direta. O maior desequilíbrio surge nas posições formais de autoridade institucional, onde homens predominam amplamente.

Há, porém, uma mudança importante quando violência contra mulheres é o enquadramento principal da matéria. Nesse território temático, mulheres deixam de ser apenas maioria entre os personagens e passam a ocupar também posições de conhecimento, decisão e resposta institucional. Fora dele, sua presença nesses mesmos lugares cai de forma acentuada.

Isso não permite concluir por que esse padrão acontece. Ele pode refletir, em diferentes medidas, quem ocupa hoje as instituições, quem está envolvido nos acontecimentos cobertos, a especialização e disponibilidade das fontes e também escolhas e rotinas jornalísticas. Mas revela uma concentração temática clara na amostra: a autoridade feminina aparece, porém é reconhecida de maneira muito diferente conforme o assunto tratado.

Se os imaginários também são alimentados pelas histórias que circulam, esse padrão abre uma pergunta que vai além da representação numérica. **Quem aprendemos a reconhecer como alguém que entende de segurança pública? Quem aparece como capaz de explicar seus problemas, formular respostas e ocupar os lugares onde decisões são tomadas?**

Ampliar esse imaginário talvez exija olhar não apenas para quem ganha voz, mas para quais experiências e conhecimentos reconhecemos como parte legítima da segurança pública, quem ocupa e quem aparece ocupando os lugares de autoridade, e quem conseguimos imaginar nesses lugares no futuro.

Quem reconhecemos como alguém capaz de explicar, decidir e responder pela segurança pública?

MÍDIA, GÊNERO E SEGURANÇA

na Construção de Imaginários

INSTITUTO UPDATE **MULHERES** *em* DIÁLOGO

Agosto 2026

